

Violência contra escolas: questão que requer ações articuladas

» FLÁVIO ARNS

Presidente da Comissão de Educação do Senado

Os recentes episódios de ataques em escolas abalaram o país, geraram um clima de insegurança e medo em lugares que deveriam sempre servir de conforto, proteção e segurança para alunos, professores, funcionários e familiares. Choramos a perda de vidas e reafirmamos a urgência de discutirmos o tema a fim de termos protocolos de prevenção à violência e promoção da saúde mental em ambientes escolares.

Segundo levantamento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil possui um dos índices mais altos no ranking de agressões no ambiente escolar. De acordo com a pesquisa, que foi realizada em 2019 e se mantém estável nos últimos anos, cerca de 28% dos diretores escolares testemunharam episódios de intimidação entre alunos. Esse índice é o dobro da média da OCDE.

Quais as causas dessa violência? Não é possível apontar fatores isolados, mas um conjunto de episódios que afetam crianças e adolescentes. Por exemplo, o isolamento social devido à pandemia de covid-19 propiciou o crescimento de comportamentos agressivos que se refletiram na sala de aula. Alunos privados do convívio coletivo e da boa convivência parecem acreditar que estão em um local competitivo, com sensação de não haver limites, no qual o mais forte é tido como o dominante.

Mais um potencial agravante é a exposição às redes sociais. O uso indiscriminado da internet, aliado ao consumo de conteúdos que levam a atos violentos, é preocupante. Estudos apontam que há significativa cooptação dos agressores nas redes, sendo, em sua maioria, jovens entre 10 e 25 anos que foram vítimas de bullying no período escolar e buscam notoriedade.

Segundo relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), crianças que sofrem bullying — forma de agressão verbal e física — tornam-se mais propensas a terem dificuldades interpessoais, baixa autoestima e podem tentar o suicídio.

É preciso uma articulação de setores como educação, saúde e segurança. Melhorar o sistema de acompanhamento da segurança pública com uma visão educacional. Esse é um problema de Estado que deve envolver toda a sociedade, em especial as

famílias de alunos. A violência cria um clima de medo e insegurança, o que, por sua vez, pode provocar a evasão escolar dos estudantes, que não sentem nas escolas um ambiente confiável.

A promoção da saúde mental também é prioridade absoluta. Defendo a presença de equipes multidisciplinares que combatam a violência e construam uma cultura de paz. Aqui destaco a necessidade do cumprimento da Lei 13.935, de 2019, que insere psicólogos e assistentes sociais na educação básica pública. Eles são fundamentais para a mediação das relações e conflitos no âmbito das escolas.

Outro caminho é a ampliação de processos de formação e capacitação para que professores e funcionários possam identificar sinais que previnam o agravamento de situações de violência em consonância com profissionais das diferentes áreas de atuação.

Alerto, ainda, que as escolas tenham um prontuário dos alunos que permita acompanhar, ao longo dos anos, o desempenho desses estudantes na vida acadêmica, além de atividades nos serviços públicos. Esses temas e outros estão sendo discutidos em cinco comissões do Senado: de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Segurança Pública (CSP), de

Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Assuntos Sociais (CAS) e de Ciência e Tecnologia (CCT). O objetivo é que possamos ter políticas eficientes para enfrentar o problema.

Ressalto que dois projetos de lei com esse propósito estão em discussão no Congresso Nacional. Um que pode incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) regras de segurança escolar, como controle de entrada e saída e a obrigação de acionar os serviços de segurança pública caso um ex-aluno ou ex-funcionário da escola apresente sinais de comportamento que recomendem acompanhamento especial. E outro que regulamenta a atuação das plataformas de redes sociais como uma das medidas de prevenção à violência nas escolas.

Como diria o educador Paulo Freire, o estímulo à participação estudantil nas escolas é extremamente importante para a assimilação do que é ser cidadão. Não podemos nos curvar diante da intolerância que a violência propaga. Somos corresponsáveis em preservar o que as escolas representam na vida dos alunos e promover a saúde mental de todos. Sigamos juntos, na certeza do poder transformador da educação na vida dos estudantes e da nação.

Abrace e os sonhos de JK

» ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA
Um dos fundadores e 1º presidente da Abrace

Deus quer. O homem sonha. A obra nasce. Início dos anos 1980. Hospital de Base de Brasília. Mães do Distrito Federal, do Entorno e de outros estados acompanham o tratamento de leucemia dos filhos. A dor é coletiva. A esperança também. Uma das mães — Maria Angela Marini — sai da própria dor e propõe o abraço na dor coletiva. Solidários na dor. Subsidiários na ajuda. Assim, em 1º de maio de 1986 nasce a Abrace — Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias. A data, simbólica, homenageia os trabalhadores do HBB e da saúde em geral, sempre abnegados, quase sempre mal remunerados.

Deus quis e JK foi além do sonho. Que o Centro-Oeste unisse, já não separasse. E a Brasília de seus sonhos, moderna, acolhedora, abraça irmãos de todos os quadrantes do Brasil continental. A Brasília de JK acolheu a Abrace e lhe ofereceu colo. O *Correio Braziliense*, patrimônio da Brasília de JK, é um dos agentes dessa união.

Em 1º de maio de 1986, os sonhadores da Abrace definiram 10 diretrizes fundamentais para assentar as bases do sonho coletivo. Destacarei apenas uma: “Busca da melhoria das condições hospitalares, locais de tratamento e internação, medicamentos e equipamentos”.

A Abrace custeou, em vários momentos, a recuperação das instalações do 7º andar do Hospital de Base de Brasília, espaço de internação das crianças em tratamento de câncer antes do HCB.

Em 1992, a Abrace reivindicou ao governador do DF a continuidade de obras há anos paralisadas, resultando no Hospital de Apoio de Brasília, com área específica para atendimento ambulatorial das crianças em tratamento de câncer.

Em 1994, o governador do DF cedeu à Abrace o uso da então residência oficial do administrador do Guará. Lá está a Casa de Apoio e o Núcleo de Assistência, acolhendo e abraçando as famílias que residem em Brasília e em seu entorno, além de hospedar e manter mães e crianças de outros estados e até de outros países, com alimentação, transporte ao hospital, atendimento psicológico, atividades recreativas e educacionais, tratamento odontológico e outros. Modernas instalações acolhem pacientes transplantados. Espaços de lazer, cultura e educação dignificam o espaço, concedem-lhe nobreza de uso com o indispensável apoio de voluntários e colaboradores.

Em 2004, o governo do GDF cedeu o terreno onde a Abrace, com apoio da sociedade civil por meio de doações, construiu o moderníssimo Hospital da Criança de Brasília José Alencar. O HCB, com seus equipamentos e mobiliários, foi doado pela Abrace ao GDF, conforme estabelecia o contrato de cessão de uso, e integra a rede pública de saúde do DF para atendimento da população por meio do SUS (Sistema Único de Saúde). O contrato previa que a gestão administrativa ficaria a cargo da Abrace. Mas a Abrace não nasceu para administrar bens públicos. Para esse fim, a Abrace fundou o Icipe — Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada, associação sem fins econômicos. O Icipe é outro filho da Abrace. Em 2023, o HCB, sonho de 1986, é referência nacional.

A Abrace sempre será grata à comunidade brasiliense pelo apoio e doações desinteressadas, sem contrapartidas políticas e midiáticas — no espírito da solidariedade que sai do coração e a ele retorna, essência da solidariedade — sem narcisismos sociais, pois voluntariar em assistência ao câncer é doar-se em amor e recebê-lo em troca.

Foi dentro desse contexto iluminado que, no último dia 11 de abril, a Abrace deu mais um passo histórico na busca de melhores condições de tratamento do câncer infantil no DF. Ao custo de R\$ 9,1 milhões adquiriu, doou e instalou no Hospital da Criança de Brasília José Alencar, um moderno aparelho de ressonância magnética.

Não poderia encerrar sem dizer que a mãe que em 1º de maio de 1986 saiu de sua dor e propôs o abraço à dor coletiva é a mesma que, em 1º de maio de 2023, preside a Abrace na esteira do que sonhou há 37 anos: Assistência como missão. Transparência como princípio. Cura como objetivo.

A Brasília dos sonhos de JK também nos remete a solidariedade, humanidade e valorização da vida. Iniciei com versos de Fernando Pessoa. Encerro inspirado em Cora Coralina, a diva da literatura goiana: “Não sei se a vida é curta ou longa demais para nós. Mas sei que nada do que vivemos tem sentido se não tocarmos o coração das pessoas. É o que dá sentido à vida”.



G. O. M. E. Z.

É hora de mulheres falarem da paz

» MARIA LAURA DA ROCHA

Embaixadora, é secretária-geral das Relações Exteriores

O cenário de conflitos armados que se estendem ou se repetem sem que a comunidade internacional seja capaz de solucioná-los revela o esgotamento dos mecanismos disponíveis a um Conselho de Segurança das Nações Unidas anacrônico, cuja reforma é premente. Já na criação da ONU, uma questão crucial preocupava uma brasileira ilustre, a doutora Bertha Lutz, precursora da luta pelo sufrágio feminino no Brasil: a perspectiva das mulheres sobre a paz.

Em 1945, a cientista brasileira, uma de apenas seis mulheres entre os delegados plenipotenciários que foram à Conferência de São Francisco, estava convencida de que o objetivo de evitar a repetição de um conflito global com desfecho nuclear não poderia ser atingido sem a colaboração das mulheres. Por meio de sua atuação, o Brasil lançou sementes da agenda de mulheres, paz e segurança — que frutificaria meio século mais tarde.

A agenda, inaugurada no ano 2000, foi delineada por um conjunto de 11 resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas que visa a promover a participação plena, igualitária e significativa das mulheres na prevenção e solução de conflitos, bem como na construção e consolidação da paz. Não surgiu da iniciativa de países ricos, nem de membros permanentes do Conselho de Segurança. Resultou de décadas de articulação de mulheres que demandavam participação nas decisões sobre as guerras. Com efeito, cinco das resoluções que a compõem foram propostas por países em desenvolvimento: Namíbia, que apresentou a primeira

dela (resolução 1325), Vietnã, Azerbaijão, África do Sul e Indonésia.

Nesses 23 anos, os avanços foram significativos. A agenda logrou introduzir o tema de gênero no cotidiano do Conselho de Segurança. Divulgou dados contundentes sobre o impacto positivo da participação de mulheres na durabilidade de acordos de paz. Possibilitou a identificação da violência sexual como tática de guerra inaceitável e crime contra a humanidade. Sensibilizou para as necessidades de mulheres refugiadas e ex-combatentes, entre outras. Conscientizou, enfim, sobre a igualdade de gênero como fator de estabilidade nos países.

Em anos recentes, a inclusão de mulheres uniformizadas em missões de paz ganhou protagonismo em iniciativas promovidas pela ONU. Embora os ganhos na proteção de civis e na coleta de informações sejam inegáveis, a presença numérica está aquém da ambição transformadora da agenda, que viria da participação feminina nas instâncias decisórias de política externa e de defesa de seus países. É preciso e possível ir além.

Para o Brasil, que se inclui entre os mais de 100 países que elaboraram planos nacionais de implementação da agenda, o momento é propício à reflexão sobre os próximos passos. Com base nas lições aprendidas com o primeiro plano nacional de ação, que foi lançado em 2017 e expirou em março último, é hora de formular novas estratégias nacionais em matéria de mulheres, paz e segurança. Para dar início a esse debate, o Itamaraty e a Fundação Alexandre de Gusmão promoveram, em 25 de abril, em Brasília, o seminário Agenda de Mulheres, Paz e

Segurança: renovação do compromisso brasileiro.

A elaboração de novo plano insere-se na reafirmação do compromisso brasileiro com a agenda. Somos um país pacífico, sem disputas territoriais desde o século XIX. Temos um enorme contingente de mulheres que constroem a paz todos os dias: parlamentares, integrantes do Judiciário, diplomatas, mediadoras, líderes comunitárias, defensoras de direitos humanos e do meio ambiente, peacekeepers civis, militares e policiais. Apesar de possuírem recursos limitados para ajudar na construção da paz em terceiros países, historicamente mantivemos contribuição às missões de paz e aplicamos perspectiva de gênero na cooperação oferecida a países em conflito ou egressos de conflitos armados.

Por sua tradição diplomática ancorada na solução pacífica de controvérsias, o país detém credenciais na matéria e está em condições ideais de elaborar um plano de ação que beneficie não só mulheres em solo nacional, mas também a necessária reforma da governança multilateral da paz e da segurança. Para tanto, serão valiosos os insumos da sociedade civil, a colaboração com os órgãos parceiros e o apoio de lideranças políticas.

Em outubro, mês em que o Brasil reassumirá a presidência rotativa do Conselho, presidiremos, pela primeira vez, o debate sobre o tema. Esperamos aproveitar essa valiosa oportunidade para apresentar nossa contribuição mediante novo plano de ação, com incorporação da visão das mulheres na consecução da segurança e na concepção de sistemas mais eficientes de manutenção e consolidação da paz.